

Sr. Ricardo Gambaroni, o Delegado Geral da Polícia Civil Youssef Abou Chahim, o Jurista e ex-ministro da justiça, Sr. Miguel Reale Junior, o Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Sr. Aloísio de Toledo Cesar, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Sr. José Renato Nalini e o ex-Senador e Secretário Municipal de Direitos Humanos, Sr. Eduardo Suplicy.

Item 13 - Requerimento da Deputada Clélia Gomes - Requer a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar sobre as graves denúncias de crescimento da Intolerância Religiosa, sendo convidados para explanação do tema: o Dr. Laércio Benko Lopes, advogado e vereador da Câmara Municipal de São Paulo, sendo o primeiro Vereador Umbandista da cidade de São Paulo, o Sr. Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Sr. Aloísio de Toledo Cesar, o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Sr. Alfonso Presti, o Sr. Diego Montone, da Secretaria de Igualdade Racial da cidade de São Paulo, o Rabino da Comunidade Shalon e representante da Comunidade Judaica, Sr. Adrian Gottfried e a Srta Charlyane Souza, estudante muçulmana que foi impedida de prestar a prova da OAB/SP por estar trajada de vestimenta muçulmana.

Para ciência:

Item 14 - Ofício nº 378/15 - SG da Câmara Municipal de Lins encaminhando moção de apoio à "Carta de Fortaleza/CE - Compromisso em Defesa do Sistema Único de Assistência Social - SUAS", de autoria do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, anexa e este ofício.

Item 15 - Indicação nº 281/2015 da CPI do Trabalho Escravo - Indica a Sra. Presidente da República que determine à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que oriente as empresas a inserirem em seus relatórios anuais, como parte dos dados de sustentabilidade, informações sobre políticas relativas à mão-de-obra. A Indicação foi encaminhada à Presidente da República e distribuída à Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

Item 16 - Indicação nº 275/2015 da CPI do Trabalho Escravo - Indica ao Sr. Governador a destinação de mais recursos à 1ª Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes contra a Liberdade Pessoal, que compõe a estrutura do Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) e conta, atualmente, com apenas 12 policiais entre escrivães e investigadores. A indicação foi encaminhada à Secretaria de Segurança Pública e a resposta encontra-se anexa.

Item 17 - Indicação nº 276/2015 da CPI do Trabalho Escravo - Indica ao Sr. Governador a criação da Delegacia do Imigrante. A indicação foi encaminhada à Secretaria de Segurança Pública e a resposta encontra-se anexa.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DESPORTIVOS COMUNICADO

Comunico, nos termos regimentais, às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos e substitutos da Comissão de Assuntos Desportivos, que haverá uma reunião a ser realizada no dia 24/06/2015, quarta-feira, às 15h30, no Plenário Tiradentes, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º) Deliberar sobre a pauta anexa,
- 2.º) Tratar de assuntos de interesse da Comissão,

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Célia Leão	PSDB	Carlos Bezerra
Hélio Nishimoto	PSDB	Welson Gasparini
Luiz Fernando	PT	João Paulo Rillo
Alencar Santana	PT	Beth Sahão
Aldo Demarchi	DEM	Rogério Nogueira
Abelardo Camarinha	PSB	Caio França
Chico Sardelli	PV	Roberto Tripilo
Itamar Borges	PMDB	Jorge Caruso
Wellington Moura	PRB	Sebastião Santos
Paulo Corrêa	PEN	Feliciano Filho
Gileno Gomes	PSL	

Sala das Comissões, 22 de junho de 2015

Deputado Wellington Moura
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS DESPORTIVOS

1ª Reunião Ordinária 24 de Junho de 2015 às 15:30 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Wellington Moura

1 - Projeto de lei 929/2014 - Deputada Antonio Mentor - Institui o Dia do Alpinista. - Deputado Aldo Demarchi - favorável

Item 2 - Requerimento de autoria do Deputado Geraldo Cruz, que solicita a aprovação do III Seminário de Artes Marciais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como iniciativa da Comissão de Assuntos Desportivos, e apoio da Liderança do PT, a se realizar no dia 18 de agosto de 2015, no Auditório Franco Montoro desta Assembleia Legislativa. O Seminário tem como tema "Artes Marciais na Perspectiva das Instituições Sociais". O objetivo é avaliar as múltiplas formas de utilização e atualização cultural das artes marciais e modalidades esportivas de combate, na perspectiva das instituições sociais contemporâneas brasileiras. Conferências: 1) Artes marciais na perspectiva das instituições sociais brasileiras: novos paradigmas culturais. 2) Artes marciais e as tecnologias da informação: ferramentas para o desenvolvimento humano. 3) Artes marciais como objeto da educação escolar: diálogos interinstitucionais. 4) Artes marciais como inclusão social: o papel da universidade. O Requerimento solicita, ainda, que a organização deste evento envolva a confecção de cartazes, convites, convite eletrônico, certificados, publicação dos textos das palestras, sistema de som e power point, serviço de copa, transmissão e debate na TV Assembleia, além de ampla divulgação na imprensa escritas e televisiva e demais providências que se fizerem necessárias ao sucesso do seminário.

Item 3 - Requerimento de autoria do Deputado Enio Tatto, que solicita a renovação da comissão de execução do seminário "Esporte, Atividade Física e Saúde", para a décima oitava legislatura, composta pelos Senhores Walter da Silva, Assessor Parlamentar e Daniel Carreira, Professor de Educação Física.

ATAS

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e quinze, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Segunda Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, sob presidência do Deputado Mauro Bragato. Presentes os Senhores Deputados Carlão Pignatari, Vaz de Lima, João Paulo Rillo, Teonílio Barba, Orlando Bolçone, Léo Oliveira, Paulo Correa Jr (membros efetivos), os Senhores Deputados Cezinha de Madureira, Roberto Engler, Orlando Morando e Reinaldo Alguz (membros substitutos). Ausentes, por motivo justificado, os Senhores Deputados Estevam Galvão e Coronel

Camilo. Ausente o Senhor Deputado Edson Giriboni. Presente, ainda, o Senhor Deputado Barros Munhoz. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A presente reunião foi convocada com a finalidade de: 1 - Ouvir o Senhor Secretário da Fazenda, Doutor Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, convidado para demonstrar o cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2014 e do primeiro quadrimestre do exercício de 2015, conforme previsto no Parágrafo 4º, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); 2 – Deliberar sobre os seguintes requerimentos: Item 1 - Requerimento dos Senhores Deputados Teonílio Barba e João Paulo Rillo, recebido em 21/05/15, para convocação do Senhor Secretário de Planejamento e Gestão, Doutor Marcos Antonio Monteiro, para comparecer a esta Comissão com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016; Item 2 - Requerimento do Senhor Deputado Mauro Bragato, recebido em 15/06/15, para conвите à Senhora Presidente do TCE – Tribunal de Contas do Estado, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, para vir debater nesta Comissão o tema "A Crise Econômica e o Impacto nas Finanças dos Municípios". O Senhor Presidente, com o intuito de aguardar a chegada do Senhor Secretário, comunicou a suspensão dos trabalhos por cinco minutos. Reaberta a reunião e verificado quorum regimental, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Secretário que, utilizando-se de slides, apresentou o Relatório de Gestão Fiscal dos períodos acima mencionados. Em seguida, fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Orlando Bolçone, Teonílio Barba, Reinaldo Alguz, João Paulo Rillo e Vaz de Lima. Após responder os questionamentos dos Senhores Deputados, o Senhor Secretário agradeceu a oportunidade e se retirou. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente colocou em deliberação os dois requerimentos constantes da pauta. Item 1 - Concedida vista ao Deputado Vaz de Lima. Para deliberação do item a seguir, o Senhor Presidente, pelo artigo 41 do Regimento Interno, passou a Presidência dos trabalhos ao Deputado Orlando Bolçone. Item 2 – Aprovado. Votaram favoráveis ao voto do relator, com restrições (pelo não acatamento das emendas da Bancada do PT – Partido dos Trabalhadores) os Deputados João Paulo Rillo e Teonílio Barba. Reassumindo os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que não seria necessária a leitura dos itens “para ciência” constantes da pauta, uma vez que todos já haviam recebido a mesma. São eles: - Será realizada uma reunião conjunta entre esta Comissão e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação, no dia 23 próximo, terça-feira, às 14h00, no Auditório Franco Montoro, com a finalidade de debater sobre as universidades estaduais paulistas no âmbito do projeto da LDO - PL 587/15; - Publicado no DOE – Diário Oficial do Estado de 29/04/2015, nas páginas 22 a 47, os Resultados dos Programas e Ações do PPA – Plano Pluriannual 2012 /2015 - Posição de 2014, pela Secretaria do Planejamento e Gestão; - Recebido ofício 60/15 da Câmara Municipal de Rio Claro, solicitando emendas ao Orçamento para o exercício de 2016, voltadas às políticas públicas para mulheres, considerando a "Carta das Mulheres de Rio Claro", extraída das atividades de reflexão da Semana da Mulher 2015; - Recebida cópia de ofício 3/15, da Coordenadoria das Entidades Representativas dos Policiais Militares do Estado de São Paulo - CERPM, encaminhando a proposta de reajuste salarial para a Polícia Militar do Estado de São Paulo, para o biênio 2015/2016 (original do ofício encaminhado à Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários); - Recebido ofício 2937/14, do TCE, encaminhando decisão exarada, negando provimento a recurso ordinário (ref. RGL 710/09); - Recebidos os ofícios do TCE 46/15 (ref. processo RGL 5390/2008) e 47/15 (ref. processo RGL 9306/2013), esclarecendo que não compete à PGE – Procuradoria Geral do Estado a representação judicial e extrajudicial das universidades públicas (USP, UNICAMP e UNESP), de acordo com o disposto no artigo 99, inciso I, da Constituição Estadual: "Artigo 99 - São funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado: I - representar judicial e extrajudicialmente o Estado e suas autarquias, inclusive as de regime especial, exceto as universidades públicas estaduais;". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Sonia Maria Oliveira, Assessora Técnica, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião extraordinária de 17/06/2015, às 17h00.

Deputado Mauro Bragato - Presidente

Sonia Maria Oliveira - Secretária

Debates

16 DE JUNHO DE 2015 60ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES, JOOJI HATO, EDSON GIRIBONI, CHICO SARDELLI, FERNANDO CAPEZ e LUIZ CARLOS GONDIM
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão. Saúda alunos da Escola Estadual Maria Trujillo Torloni, presentes nas galerias.
2 - CARLOS GIANNAZI
Cumprimenta os alunos visitantes. Informa que participara de reunião, na USP, ontem, com o propósito de debater o descumprimento, pela reitoria, da LC 1260. Critica o reitor Marco Antonio Zago por não aplicar a legislação. Acrescenta que deve acionar o Ministério Público para a apuração do que considera crime de responsabilidade.

3 - JOOJI HATO

Assume a Presidência. Parabeniza as cidades de Bariri, Piracaia e Salto, pela data comemorativa de seus aniversários.

4 - CORONEL TELHADA

Tece considerações a respeito da Força Expedicionária Brasileira, combatente em solo italiano, durante a Segunda Guerra Mundial. Homenageia o veterano soldado Pedro Leme de Assis, falecido ontem. Clama ao Governo do Estado que aprimore o quadro de servidores da Saúde da Polícia Militar. Argumenta que há necessidade de abertura de concurso público para cerca de 53 cargos de médicos, além da nomeação de dentistas e veterinários.

5 - MARIA LÚCIA AMARY

Comemora a criação da Região Metropolitana de Sorocaba, composta por 26 municípios, os quais listou. Afirma que a medida favorecerá, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, a distribuição equilibrada de riquezas, a mobilidade urbana, a telefonia, a destinação de lixos e o manejo adequado dos recursos hídricos. Agradeceu ao secretário estadual Edson Aparecido e ao subsecretário Edmur Mesquita pelo empenho em desenvolver a referida região.

6 - RICARDO MADALENA

Enaltece o trabalho de Jean Madeira, secretário de estado de Esportes, Lazer e Juventude, pela promoção do Jori, Jogos Regionais do Idoso, em Ourinhos. Cumprimenta a autoridade por programas e projetos da citada secretaria.

7 - EDSON GIRIBONI

Tece considerações acerca das atividades deste Parlamento. Lamenta a ausência de médico legista, no IML de Itapetininga, que impediu a rápida liberação do corpo de jovem falecido em acidente. Clama pela excelência dos serviços públicos no estado de São Paulo. Pede ao Governo do Estado que apure os fatos e tome as providências devidas.

8 - EDSON GIRIBONI

Assume a Presidência.

9 - JOOJI HATO

Defende a aprovação da diminuição da maioria penal, em trâmite no Congresso Nacional. Tece comentários a respeito da violência que assola a população do País. Lembra a tolerância zero, adotada em Nova Iorque, e a "lei seca". Afirma que 92% da população apoia a alteração na legislação penal, no que concerne ao tema. Estabelece relação entre a aprovação do projeto e a melhoria na qualidade de vida.

10 - JOOJI HATO

Solicita a suspensão da sessão, até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE EDSON GIRIBONI

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h07min.

12 - CHICO SARDELLI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h28min.

13 - IGOR SOARES

Solicita a suspensão da sessão por 30 minutos, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h29min.

15 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h04min.

16 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, apoia a reivindicação dos manifestantes que almejam a aprovação dos PLCs nº 06 e 56. Critica a conduta dos parlamentares da bancada evangélica desta Casa, os quais querem retirar o termo "gênero" de projeto de lei, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que cria a Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero.

17 - LUIZ CARLOS GONDIM

Pelo art. 82, critica o executivo estadual pelo corte orçamentário ao lampspe. Cita caso de violência contra professora em escola da Rede Pública.

18 - PAULO CORREA JR

Pelo art. 82, alerta para o aumento da violência em Cubatão. Critica a fala do deputado Carlos Giannazi a respeito da bancada evangélica.

19 - CÉLIA LEÃO

Pelo art. 82, discorre sobre o trabalho de mulheres na Polícia Militar de São Paulo. Elogia os parlamentares desta Casa que são oriundos dos quadros da PM.

20 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, discorre sobre a valorização das mulheres dentro dos quadros da Polícia Militar.

21 - IGOR SOARES

Pelo art. 82, presta apoio aos manifestantes que desejam a aprovação dos Projetos de lei Complementar nº 06 e 56. Discorre sobre projeto de lei, de sua autoria, que institui, no âmbito do estado de São Paulo, o mês "Junho Vermelho", dedicado à campanha de incentivo a doação de sangue.

22 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência.

23 - CORONEL CAMILO

Para comunicação, destaca a valorização das mulheres dentro da Polícia Militar.

24 - CARLOS CEZAR

Pelo art. 82, destaca o lançamento da Frente Parlamentar Evangélica desta Casa. Refuta críticas, feitas aos deputados evangélicos, a respeito do posicionamento em relação minorias de gênero.

25 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, crítica o conceito de "gênero" que vá além do masculino e feminino.

26 - CEZINHA DE MADUREIRA

Para comunicação, defende a concepção de família como sendo a união homem e mulher.

27 - RITA PASSOS

Pelo art. 82, combate suposto projeto do Ministério da Educação, que visa fornecer treinamento aos professores a respeito da temática LGTB. Exibe vídeo sobre o assunto.

28 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência.

29 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, considera conservadora e prejudicial ao País a atitude de alguns parlamentares contra os direitos das minorias de gênero.

30 - RAFAEL SILVA

Pelo art. 82, discorre acerca da formação do preconceito na concepção das crianças. Critica proposta de redução da maioria penal para 16 anos.

31 - BETH SAHÃO

Pelo art. 82, afirma que, a despeito da importância da fé na vida as pessoas, a religião não pode se sobrepor ao Estado laico em relação ao direito das minorias. Defende o Plano Nacional de Educação em relação ao tratamento da questão da orientação sexual. Pede a criminalização da homofobia.

32 - RITA PASSOS

Para comunicação, critica a fala da deputada Beth Sahão. Defende a concepção tradicional de família, como sendo a união entre homem e mulher. Afirma que as políticas públicas educacionais não devem tratar do assunto.

33 - JOÃO PAULO RILLO

Pelo art. 82, explica ausência dos deputados petistas na reunião da Comissão da Educação e Cultura. Critica a posição da bancada evangélica desta Casa, que deseja retirar o termo "gênero" de projeto de lei, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que cria a Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero.

34 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Convoca uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos.

35 - GILMACI SANTOS

Para comunicação, faz críticas ao discurso da deputada Beth Sahão a respeito dos direitos das minorias de gênero.

36 - CAMPOS MACHADO

Pelo art. 82, discorre sobre a greve dos professores da Rede Pública estadual.

37 - ADILSON ROSSI

Para comunicação, critica a fala do deputado João Paulo Rillo em relação à indicação da Comissão de Educação e Cultura para a TV Cultura.

38 - LECI BRANDÃO

Pelo art. 82, defende o respeito a todas as religiões, inclusive aquelas de matriz africana. Pede maior respeito aos direitos dos negros.

39 - JOÃO PAULO RILLO

Para comunicação, esclarece, ao deputado Adilson Rossi, sua fala a respeito da Comissão de Educação e Cultura.

40 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, esclarece sua posição em relação ao conceito de família.

41 - CEZINHA DE MADUREIRA

Pelo art. 82, defende as posições da bancada evangélica em relação às proposições nesta Casa.

42 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Convoca uma reunião extraordinária da CFOP para 17/06, um minuto após o término da reunião ordinária da CFOP, a ter início às 14 horas e 30 minutos.

43 - REINALDO ALGUZ

Pelo art. 82, discorre sobre o respeito à opinião alheia em uma democracia. Afirma que os parlamentares devem defender suas posições de acordo com sua consciência.

44 - GILMACI SANTOS

Para comunicação, esclarece sua posição em relação à exclusão do termo "gênero" do projeto de lei, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que cria a Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero.

45 - MILTON VIEIRA

Para comunicação, defende as posições da bancada evangélica em relação aos temas debatidos nesta Casa.

46 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 17/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje, às 19 horas e 10 minutos. Encerra a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a visita dos alunos da Escola Estadual Maria Trujillo Torlone, acompanhados do professor Fabiano Felício, solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi. Agradecemos imensamente a visita de todos vocês. (Palmas.)

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, primeiramente eu gostaria de saudar os alunos da Escola Estadual Maria Trujillo Torlone, acompanhados do professor Fabiano. Eles vieram conhecer a Assembleia Legislativa, o Poder Legislativo. É uma aula de cidadania que vocês estão tendo e é importante que conheçam o processo legislativo e a verdadeira função da Assembleia Legislativa. Gostaria de dizer que ontem eu estive em mais uma reunião da Universidade de São Paulo, debatendo, com as professoras de Educação Infantil das creches existentes dentro da universidade, o cumprimento de uma lei que nós aprovamos aqui em 2013. Refiro-me à Lei nº 1202, de 2013, aprovada há dois anos praticamente, e até agora essa lei não foi cumprida pela reitoria da universidade. É uma lei que transforma os cargos de técnicos de Educação Infantil em professores de Educação Infantil, como determina a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996. Até agora, a Universidade de São Paulo que deveria dar um exemplo da transformação desses cargos, não o fez, utilizando um argumento extremamente execrável, que não corresponde com a realidade.

Nós fizemos uma pesquisa intensa e constatamos que a argumentação da reitoria, da procuradoria não tem base legal, porque o projeto de lei foi enviado pela própria Universidade de São Paulo. A minuta foi apresentada à Casa Civil, que encaminhou o projeto de lei à Assembleia Legislativa. O projeto foi aprovado em todas as comissões permanentes da Casa, foi aprovado em plenário por todos os deputados e, depois, foi sancionado pelo Executivo estadual, pelo governador. Então, não há sentido nessa argumentação. Como a Universidade encaminha um projeto de lei inconstitucional à Assembleia Legislativa? É uma verdadeira contradição. É execrável esse tipo de argumentação.

Nós estamos apresentando duas leis que já foram aprovadas. Uma, inclusive, na Assembleia Legislativa, transformando cargos. Eu me refiro à Lei Complementar nº 1260, fruto do PLC nº 12, que aprovamos ano passado, transformando o cargo de agente administrativo do Tribunal de Justiça em cargo de escrevente. Esse projeto partiu do próprio Tribunal de Justiça, teve o aval dos 25 desembargadores do TJ. O projeto foi aprovado aqui por todas as comissões permanentes e pelo plenário e foi sancionado pelo Executivo estadual. Não há nada de inconstitucional na transformação de cargos. Há amparo, inclusive, na Constituição.

Também registro outra lei que ajudei a aprovar quando era vereador da cidade de São Paulo e membro da Comissão de Educação. Eu me refiro à Lei nº 13574, de 2003, que também transformou o cargo das auxiliares de desenvolvimento infantil da rede municipal de ensino, eu me refiro às professoras de creches da rede municipal de ensino, através de uma lei que nós aprovamos na Câmara Municipal, em professoras de Educação Infantil. Tudo dentro da legislação, com amparo da LDB, da Constituição Federal, de toda a legislação do ensino.

No entanto, nós estranhamos que a Universidade de São Paulo, que a reitoria, através de sua procuradoria, através de sua comissão de legislação tenha levantado essa questão. Parece-me que estão utilizando essa argumentação para não cumprir a lei. Quero repudiar essa posição da reitoria, do reitor Zago, porque está afrontando, violando a legislação. A Lei nº 1202, aprovada na Assembleia Legislativa, promulgada pelo Executivo, já entrou no ordenamento jurídico do estado de São Paulo e está sendo violada, afrontada pelo reitor da Universidade de São Paulo.

Nós vamos novamente acionar o Ministério Público estadual contra o reitor, porque ele está cometendo crime de responsabilidade ao não cumprir a legislação existente hoje. Já protocolei requerimento na Comissão de Educação convocando-o. Enfim, estamos tomando todas as providências necessárias para que a Lei nº 1202, de 2013, seja cumprida pela reitoria da Universidade de São Paulo e que, de uma vez por todas, as professoras de Educação Infantil tenham o seu direito garantido como determina a legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *